



Conferência Rui Patrício, advogado, Joana Marques Vidal, procuradora-geral da República, José Carlos de Vasconcelos, jornalista e Conceição Gomes, coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa falaram sobre o sistema judicial na Faculdade de Direito de Coimbra

Melhor é possível

A Justiça portuguesa tem má fama, mas faltam estudos para saber se a imagem corresponde à realidade. Pior ainda: falta comunicação

POR ISABEL NERY

A questão de ponto de partida para o debate – «É justa a Justiça Portuguesa?» – preocupa muita gente, mas a resposta não é fácil. Nem mesmo quando se juntam num auditório alguns dos maiores especialistas no tema, em Portugal. O investigador em Direito e atual presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos começou mesmo por dizer que «a resposta à pergunta é impossível». Mas Nuno Garoupa, que se juntou à discussão através de videoconferência, ressaltou que nem por isso subscreve a «ideia de que o sistema está muito mal». Apesar das falhas por todos reconhecidas, a verdade é que são escassos os estudos. «Temos falta de debate sobre o que é ser justo e de investigações sobre a realidade da Justiça portuguesa. Os problemas não estão bem identificados», notou o professor da Universidade de Illinois, nos EUA.

Conceição Gomes, coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, lembrou que, apesar de se falar muito de corrupção, «nem sabemos qual é a sua dimensão». Mesmo proble-

mas clássicos – como a famosa lentidão da Justiça – não são originalidades nacionais. «A Justiça é lenta, mas não muito mais do que noutros países da Europa, como Espanha, Itália ou França», comparou Nuno Garoupa.

Não é essa, porém, a percepção da população, o que é já problema suficiente. «O sistema funciona, hoje, muito melhor do que quando comecei a advogar, há 20 anos. Um recurso demorava anos. Hoje, são meses», exemplificou o advogado Rui Patrício, para quem a má imagem se deve, em parte, ao facto de a «Justiça ser discutida a partir de alguns casos e não do conjunto dos problemas».

A investigadora Conceição Gomes con-

‘As garantias do sistema são uma aquisição civilizacional que é de preservar’

JOANA MARQUES VIDAL, PGR

firmou que o sistema se divide em dois grandes fenómenos, com resultados diferentes: os crimes mais comuns, que respondem por 70% dos casos e a criminalidade altamente complexa, que demora mais tempo a investigar e a julgar.

A arte de bem comunicar

Dramática como é, a Justiça tem-se prestado a uma grande mediatização. Casos como o do ex-presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, que conseguiu adiar várias vezes o cumprimento da pena de prisão a que foi condenado, lembram «a capacidade de instrumentalização por quem tem dinheiro para o fazer», diz Conceição Gomes.

E são histórias destas que levam muitas vezes ao debate sobre o excesso de garantias do sistema penal português. Um perigo, alerta: «Não devemos confundir as garantias e a instrumentalização que se faz delas. O sistema tem de saber atuar perante a litigância de má fé.»

A procuradora-geral da República (PGR) fez questão de notar que as garantias são «uma aquisição civilizacional que é de preservar». Por isso, admite: «Reajo mal quando se diz que o processo penal é demasiado garantista.» A verdade, diz Joana Marques Vidal, é que «os julgamentos por corrupção têm aumentado», apesar da percepção social apontar no sentido inverso. Dissonância que leva a procuradora – tal como todos os participantes no debate – a reconhecer que a comunicação é um dos principais problemas. «Os tribunais estão mal preparados para um mundo cada vez mais complexo. Não fomos treinados para comunicar. É preciso refletir sobre isto.»

Para Rui Patrício, há um desencontro de ritmos: «Temos uma organização judiciária do século XIX. Não evoluiu tão rapidamente como a sociedade e isso exige um esforço acrescido de comunicação, que ainda não foi feito.» Como alertou Conceição Gomes, «a Justiça não pode depender só da comunicação para comunicar». E o advogado foi mais longe: «Precisamos de um Concílio Vaticano II para a linguagem da Justiça, que é hoje o principal problema.»

Foi de encruzilhadas como esta que se fez o debate do Mês da Transparência, promovido pela revista VISÃO, na passada sexta-feira, 23, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, moderado por José Carlos de Vasconcelos, fundador da revista.